



**ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TERESINA (IPMT): UMA AVALIAÇÃO DO
RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE 2018 A 2022**

**ANALYSIS OF THE FINANCIAL SUSTAINABILITY OF THE TERESINA
MUNICIPAL PENSION INSTITUTE (IPMT): A CRUCIAL EVALUATION OF THE
MUNICIPAL PENSION SYSTEM FROM 2018 TO 2022**

**ANÁLISIS DE LA SOSTENIBILIDAD FINANCIERA DEL INSTITUTO DE
PREVISIÓN DEL MUNICIPIO DE TERESINA (IPMT): UNA EVALUACIÓN DEL
RÉGIMEN PROPIO DE PREVISIÓN SOCIAL DE 2018 A 2022**

 <https://doi.org/10.56238/levv17n58-012>

Data de submissão: 05/02/2026

Data de publicação: 05/03/2026

Antonio Guilherme da Silva Fortaleza

Bacharel em Ciências Contábeis

Instituição: Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

E-mail: guilhermeglaubert@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9016-7887>

Nilman do Nascimento Silva Léda

Mestranda em Gestão Pública

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: nilmansilva2021@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9103-8396>

Ígor Luiz da Costa Melo

Mestrando em Gestão Pública

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: igormelocm@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3008-3807>

João Carlos Hipólito do Nascimento Bernardes

Doutor em Ciências Contábeis

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: joaohipolito@ufpi.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3505-372X>

Allyne Sousa Gomes

Mestranda em Gestão Pública

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: allynegomess@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8166-5561>

Thiago Assunção de Moraes

Doutor em Administração

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

E-mail: thiagoassuncao@pcs.uespi.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9729-4858>**Luciano Silva Figueiredo**

Pós-Doutor

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

E-mail: lucianosilva@pcs.uespi.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6564-2720>**Miriam dos Santos Lopes**

Graduanda de Administração

Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

E-mail: Miriaam553@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9079-7857>

RESUMO

Este estudo analisa a gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de Teresina-PI, com foco na estrutura e sustentabilidade financeira do Instituto de Previdência do Município de Teresina (IPMT). A metodologia empregada é de natureza qualitativa e descritiva, fundamentando-se em análises documentais e bibliográficas. Os resultados revelam déficits significativos no sistema previdenciário do IPMT ao longo dos anos analisados, a receita corrente apresentou flutuações, com um aumento acentuado em 2022, enquanto a receita previdenciária variou sem um padrão claro, as despesas previdenciárias frequentemente superaram a receita, evidenciando a necessidade de aportes adicionais para equilibrar as finanças do IPMT. A análise vertical mostra que a receita previdenciária representa uma parte significativa da receita corrente em alguns anos, mas a proporção variou ao longo do tempo. A pesquisa destaca a importância de reformas e ajustes contínuos para garantir a sustentabilidade a longo prazo do fundo previdenciário municipal.

Palavras-chave: Gestão Previdenciária. Responsabilidade Fiscal. Sociedade e Economia.

ABSTRACT

This study provides a comprehensive analysis of the management of the Municipal Pension System (RPPS) in Teresina-PI, with a keen focus on the structure and long-term financial sustainability of the Teresina Municipal Pension Institute (IPMT). Employing a qualitative and descriptive methodology rooted in thorough documentary and bibliographic analyses, this research uncovers significant deficits within the IPMT's pension system across the examined years. Notably, current revenue displayed fluctuations, culminating in a sharp increase in 2022, while pension revenue has varied without a discernible pattern. Alarming, pension expenses frequently exceeded revenue, underscoring the urgent need for additional contributions to stabilize the IPMT's financial standing. Vertical analysis reveals that pension revenue constitutes a substantial share of current revenue in certain years, although this proportion has shown considerable variability over time. This research highlights the critical need for continuous reforms and strategic adjustments to secure the long-term sustainability and effectiveness of the municipal pension fund.

Keywords: Pension Management. Fiscal Responsibility. Society and Economy.

RESUMEN

Este estudio analiza la gestión del Régimen Propio de Previsión Social (RPPS) del municipio de Teresina-PI, con énfasis en la estructura y la sostenibilidad financiera del Instituto de Previsión del Municipio de Teresina (IPMT). La metodología adoptada es de carácter cualitativo y descriptivo,

basada en análisis documentales y bibliográficos. Los resultados evidencian déficits significativos en el sistema previsional del IPMT a lo largo del período analizado. Los ingresos corrientes presentaron fluctuaciones, con un aumento pronunciado en el año 2022, mientras que los ingresos previsionales variaron sin un patrón definido. Asimismo, los gastos previsionales superaron con frecuencia los ingresos, lo que pone de manifiesto la necesidad de aportes adicionales para equilibrar las finanzas del IPMT. El análisis vertical indica que los ingresos previsionales representaron una proporción significativa de los ingresos corrientes en determinados años, aunque dicha participación varió a lo largo del tiempo. La investigación resalta la importancia de reformas y ajustes continuos para garantizar la sostenibilidad a largo plazo del fondo previsional municipal.

Palabras clave: Gestión Previsional. Responsabilidad Fiscal. Sociedad y Economía.

1 INTRODUÇÃO

O sistema previdenciário do Brasil para Pinheiro (2007) organiza-se em três modelos distintos: Regime Geral da Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o Regime de Previdência Complementar (RPC). O primeiro regime é o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que abrange os trabalhadores do setor privado. Este regime é respaldado pela Constituição brasileira e regulamentado pela Lei nº 8.213/91. Nele, os trabalhadores contribuem para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e têm acesso a uma série de benefícios, incluindo aposentadoria por idade, tempo de contribuição, invalidez, e pensão por morte, entre outros.

As decisões tomadas a curto e a médio prazos podem influenciar a sustentabilidade das empresas. As decisões do presente impactam o futuro (Matias, 2007). Dessa forma, quando se trata de sustentabilidade, as decisões a curto prazo devem ser consideradas como parte da estratégia empresarial para alcançar a longevidade, com capacidade de financiar as atividades da empresa de forma efetiva e indefinida (Araújo, et. al., 2005).

A previdência social pública, enfrenta desafios que impactam diretamente a economia brasileira, o aumento da expectativa de vida da população e o gargalo de benefícios concedidos que não possuem a contrapartida devida, são fatores que desequilibram deficitariamente as contas previdenciárias afetando a sustentabilidade financeira da entidade (Silva, 2024). Assim como na legalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, prever que uma gestão eficiente, com análises contábeis e atuariais, as contas públicas precisam manter o equilíbrio financeiro (Silva et. al., 2024). Em meio à crise previdenciária, a reforma da previdência, promulgada pela Emenda Constitucional nº 103 em 2019, estabeleceu alterações nas regras de aposentadoria e pensão no Brasil.

Devido a sua importância para o orçamento público, ligou-se um alerta de acompanhamento dos indicadores dos aportes previdenciários realizados pelo ente da federação, para alcançar o equilíbrio financeiro, orçamentário e fiscal. Surge a problemática de pesquisa: Até que ponto o Regime Próprio de Previdência do Município de Teresina (IPMT) é financeiramente sustentável considerando a relação entre receitas e despesas previdenciárias?

Assim, o objetivo geral deste estudo percorre em analisar a sustentabilidade financeira do Regime Próprio de Previdência do município de Teresina. Para Simonassi, Koury e Matos (2014) a análise dos fundos de previdência é primordial por inúmeras razões, inicialmente seguindo a LRF, os fundos representam uma porcentagem significativa do orçamento municipal, por isso, garantir sua sustentabilidade é muito importante para a saúde financeira do município, ajuda facilitar a administração dos recursos públicos, a fim de evitar déficits excessivos que possam prejudicar o sistema financeiro do ente instituidor do RPPS. Consoante a isso, a questão da transparência das contas ajuda a aumentar a confiança dos órgãos fiscalizadores e a população, demonstrando que os recursos

públicos estão sendo geridos de forma eficiente em conformidade com a legislação vigente aplicável, assim como normas e leis que regulamentam a gestão dos fundos municipais.

Justifica-se o estudo acadêmico dos institutos de previdências por proporcionar o aumento do conhecimento da área de previdência pública, impacta positivamente a sociedade, contribuindo para o aprimoramento de políticas mais eficazes e sustentáveis a fim de estabelecer soluções para os desafios previdenciários com o intuito de contribuir assim para o bem-estar econômico e social do município.

Nessa pesquisa, foram analisados qualitativamente os dados orçamentários anuais do Instituto de Previdência do Município de Teresina - IPMT, do exercício de 2018 até 2022, a evolução da receita, despesa, receita corrente e os aportes repassados da prefeitura municipal ao fundo de previdência para cobrir déficit de arrecadação.

2 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa do tipo descritiva. A pesquisa qualitativa é destacada por sua capacidade de analisar fenômenos complexos em profundidade, utilizando métodos como entrevistas e observações para captar o significado e a experiência dos participantes. (Silva; Garcia, 2020). Já o tipo descritivo de acordo com Vergara (2004) é voltado para a apresentação das características de uma população ou fenômeno específico. Ela também pode identificar relações entre variáveis e definir suas propriedades, o seu propósito não é explicar os fenômenos descritos, mas fornece uma base para futuras explicações.

A abordagem qualitativa é sustentada por uma pesquisa documental, que inclui relatórios de gestão do Instituto Municipal de Previdência de Teresina (IPMT), artigos científicos e dados estatísticos relevantes sobre a temática. A abordagem descritiva fundamenta-se em uma análise financeira, apoiada em estudos científicos de Kroth e Goularte (2019), Tavares Junior (2018), Simonassi, Koury e Matos (2014) e Pinheiro (2007), entre outros, bem como em informações extraídas de relatórios de gestão do IPMT, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), do Ministério da Previdência, do CADPREV, entre outras fontes institucionais.

Os dados foram extraídos a partir de um requerimento de identificação protocolado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), sob o nº 104425/2024, inicialmente registrado no protocolo web do Tribunal e, posteriormente, migrado para o SEI e encaminhado ao Gabinete da Presidência do Tribunal. A partir da autorização concedida, foram disponibilizados os balanços financeiros e orçamentários, bem como o relatório de gestão anual do IPMT. Adicionalmente, utilizaram-se dados públicos coletados no Portal da Transparência dos Regimes Próprios de Previdência Social do Estado do Piauí, disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

O recorte temporal compreendendo o período de 2018 a 2022 foi definido por abranger um contexto de mudanças normativas e conjunturais relevantes para os Regimes Próprios de Previdência

Social (RPPS). O período contempla o exercício imediatamente anterior à Emenda Constitucional nº 103/2019, que promoveu a reforma da previdência, bem como os primeiros anos de sua vigência, permitindo analisar os efeitos iniciais das alterações nas regras de contribuição e benefícios sobre o equilíbrio financeiro do regime. Ademais, inclui os impactos econômicos e fiscais decorrentes da pandemia da COVID-19, especialmente nos exercícios de 2020 e 2021, que influenciaram significativamente a arrecadação e as despesas públicas, tornando o período analiticamente relevante para a avaliação da sustentabilidade financeira do RPPS.

A escolha do município de Teresina (PI) justifica-se por sua relevância administrativa e fiscal no contexto regional, por ser capital estadual e possuir um Regime Próprio de Previdência Social estruturado, gerido pelo Instituto de Previdência do Município de Teresina (IPMT). O município apresenta características representativas dos desafios enfrentados por RPPS de médio e grande porte, como a recorrência de déficits previdenciários e a necessidade de aportes do Tesouro Municipal. Além disso, a disponibilidade e a transparência dos dados contábeis, financeiros e atuariais possibilitam a realização de uma análise consistente e comparável, contribuindo para o debate acadêmico sobre a sustentabilidade financeira dos regimes previdenciários municipais.

2.1 BASE DE DADOS

Os dados utilizados neste estudo incluem receita previdenciária, despesa previdenciária, aporte municipal para cobertura de déficits e total da receita corrente. Essas variáveis foram coletadas anualmente entre 2018 e 2022 dos documentos como Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Relatório de Gestão. Estes relatórios são publicados anualmente nos sites institucionais do Instituto de Previdência Municipal de Teresina (IPMT). Para acessar esses documentos, foi feito um requerimento ao Tribunal de Contas do Piauí.

Serão levadas em consideração as variáveis: Receita corrente, Receita previdenciária, Despesa previdenciária, Saldo previdenciário, Aportes realizados pelo o ente municipal, relação dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e entre outras.

Tabela 1 - Denominação da Composição das Variáveis

Variáveis	Composição
Receita corrente	Somatório total das receitas do exercício
Receita previdenciária	Receita de Contribuições Servidor e Patronal
Despesa previdenciária	Pessoal e Encargos Sociais
Aportes financeiros	Transferências de valores financeiros para cobrir déficits
Saldo previdenciário	Equação: (Receita Previdenciária - Despesa previdenciária)

Fonte: Autores, 2026.

É importante ressaltar que este estudo foca apenas em receitas e despesas de natureza previdenciária, assim excluindo benefícios de assistência e saúde. A receita previdenciária compreende a soma dos valores recolhidos pelo município para o fundo municipal de previdência, o recolhimento

do financiamento municipal equivale uma taxa ordinária de 14% + (mais) 8% de taxa extraordinária para a cobertura do déficit atuarial, assim fixando em 22% da base de cálculo previdenciária do financiamento patronal, já as contribuições dos servidores representavam 11% até 2019, que após a Emenda Constitucional nº 103 de 2019 que fixou em 14% a contribuição do servidor sobre a mesma base de cálculo. A despesa previdenciária refere-se aos benefícios, como aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários.

É importante destacar que este estudo se concentra nos aspectos econômicos e financeiros de um tema complexo que também envolve dimensões sociais e políticas. Portanto, este modelo de análise limita-se a examinar o déficit da previdência social, focando nas principais características que afetam a arrecadação do Regime Próprio de Previdência Social e seu benefício.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TERESINA - IPMT

Segundo o Relatório de Gestão Consolidado de 2023 do IPMT, no ano de 1991, Teresina deu um passo importante na proteção social dos seus servidores ao criar o Instituto Municipal de Previdência de Teresina, por meio da Lei Municipal nº 2.062. Essa lei estabeleceu um sistema de previdência e assistência social, fundamental para garantir direitos aos servidores municipais efetivos e suas famílias, criando uma rede de segurança econômica e bem-estar. O IPMT foi criado para oferecer uma série de benefícios essenciais, como aposentadorias, pensões, auxílios e outras formas de assistência previdenciária. Esses benefícios são vitais para a estabilidade financeira dos servidores ao longo de suas carreiras e após a aposentadoria. A ideia era garantir uma cobertura robusta e sustentável, refletindo o compromisso da administração municipal com a proteção social e o bem-estar dos funcionários públicos.

Em 2001, a Lei nº 2.062 foi substituída pela Lei nº 2.960, que trouxe reformas importantes para o sistema previdenciário. Essas mudanças foram necessárias para adaptar o IPMT às novas realidades econômicas e desafios enfrentados pela administração pública. A nova lei reformulou regras, ajustou cálculos e estabeleceu novas diretrizes para a concessão de benefícios, promovendo uma gestão mais eficiente e moderna. Desde a sua criação, o IPMT tem desempenhado um papel crucial na proteção dos servidores municipais, oferecendo um sistema de previdência que inclui aposentadorias, pensões por morte, auxílios-doença e outras formas de suporte. Para garantir que o IPMT continue a cumprir sua missão de proteger e apoiar seus segurados de forma eficaz, é essencial que o instituto se adapte às mudanças econômicas e sociais e mantenha um equilíbrio financeiro saudável. A implementação de reformas contínuas e a melhoria das práticas de gestão são fundamentais para enfrentar os desafios futuros e assegurar a continuidade dos benefícios oferecidos. (Relatório de Gestão Consolidado IPMT, 2023).

Segundo relatório de gestão do IPMT do ano de 2023, o ente federativo municipal em 2023 detinha uma carteira de 14.112 servidores ativos, além de 4.998 aposentados e pensionista, sendo o relatório de gestão anual a proporção é de cada aposentado e pensionista há 2,2 servidores ativos. O IPMT conta com aportes do Tesouro Municipal para garantir a sustentabilidade dos benefícios e o equilíbrio financeiro do sistema. A contribuição para o IPMT é obrigatória, enquanto a adesão aos planos de saúde e benefícios assistenciais é opcional. O IPMT e o Fundo de Assistência Social (FAS), mantêm fundos separados e a gestão desses recursos é crucial para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços oferecidos aos servidores e seus dependentes.

3.2 EVOLUÇÃO DAS VARIÁVEIS DO IPMT EM CADA EXERCÍCIO

O comportamento do Instituto de Previdência Municipal de Teresina (IPMT), compreende-se como a receita previdenciária atua em comparação com a receita corrente ao longo dos anos, percebe-se como é difícil manter o equilíbrio no sistema de previdência. Este estudo não se limita apenas a analisar números, ele explora também as consequências econômicas e sociais por trás dessas mudanças ao longo do tempo, na tabela abaixo representa os números de cada variável em seu respectivo ano.

Tabela 2 - Relação das variáveis do IPMT em cada exercício estudado

ANO	REC CORRENTE	REC PREVIDENCIÁRIA	DESP PREVIDENCIÁRIA	APORTES	SUPERÁVIT/ DÉFICIT
2018	305.234.206,97	242.297.563,63	240.379.453,23	6.278.221,94	1.918.110,40
2019	360.367.983,1	232.549.534,71	297.689.596,17	9.183.242,87	-65.140.061,46
2020	203.985.211,07	128.087.401,99	304.255.002,63	10.139.389,02	-176.167.600,64
2021	315.179.034,22	284.503.427,46	316.276.938,32	7.449.387	-31.773.510,86
2022	454.900.085,95	368.352.735,55	370.999.083,78	28.201.608,35	-2.646.348,22

Fonte: Autores, 2026.

Para uma análise mais adequada aos valores das variáveis, considera-se que, em cada exercício, o resultado previdenciário é apurado pela diferença entre as receitas correntes e as despesas previdenciárias, acrescida dos aportes destinados à cobertura do déficit.

A receita corrente aumentou significativamente de 2018 para 2019 (de 305.234.206,97 para 360.367.983,10), mas depois diminuiu para 203.985.211,07, refletindo o contexto pandêmico onde houve a paralisação de todas as atividades no mundo e a publicação da lei complementar que estabeleceu normas para a gestão fiscal em 2020, antes de voltar a subir em 2021 (315.179.034,22) e 2022 (454.900.085,95). A receita previdenciária mostra variações ao longo dos anos, mas com uma tendência geral de flutuações sem um padrão claro de crescimento ou queda contínuos. A despesa previdenciária que se refere aos gastos totais com previdência social, corriqueiramente têm sido superiores à receita previdenciária em todos os anos, o que indica a necessidade de aportes adicionais para cobrir o déficit.

Os aportes para cobertura de déficit variam de ano para ano, refletindo a necessidade de ajustes para equilibrar as contas da previdência. Superávit/déficit esse indica se houve um saldo positivo

(superávit) ou negativo (déficit) entre a receita e as despesas. Em todos os anos, exceto 2018, houve déficit na previdência, indicando que as despesas superaram a receita previdenciária. O déficit foi significativo em alguns anos, como em 2020 (-176.167.600,64). Há uma série de flutuações nos números ao longo dos anos, sugerindo que fatores externos podem estar influenciando as finanças da previdência do IPMT.

Diante disso, observa-se que apenas em 2018 houve um pequeno superávit. Nos anos subsequentes (2019, 2020, 2021 e 2022), houve déficits significativos, indicando que as despesas previdenciárias e os aportes para cobertura de déficit excederam as receitas correntes e as receitas previdenciárias. Preocupantemente a persistência do déficit indica a necessidade de políticas que aumentem a receita ou reduzam as despesas para equilibrar as contas.

Nessa perspectiva, se observarmos bem o aumento da receita em 2022 pode indicar uma recuperação econômica ou mudanças nas políticas de contribuição. Ademais, com base nessa análise, podemos concluir que com os dados apresentados, não há sustentabilidade financeira nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, pois houve déficits previdenciários nesses anos.

A sustentabilidade financeira seria indicada por superávits consistentes ou, no mínimo, um equilíbrio entre receitas e despesas previdenciárias, o que não foi observado nos últimos anos devido às variações econômicas e demográficas que podem estar afetando tanto a receita quanto às despesas da previdência, contudo, para uma análise mais detalhada e estratégica, seria importante considerar o contexto econômico, políticas de contribuição e demográficas que podem estar influenciando os resultados observados na tabela.

3.3 ANÁLISE VERTICAL DA RECEITA CORRENTE PARA RECEITA CORRENTE

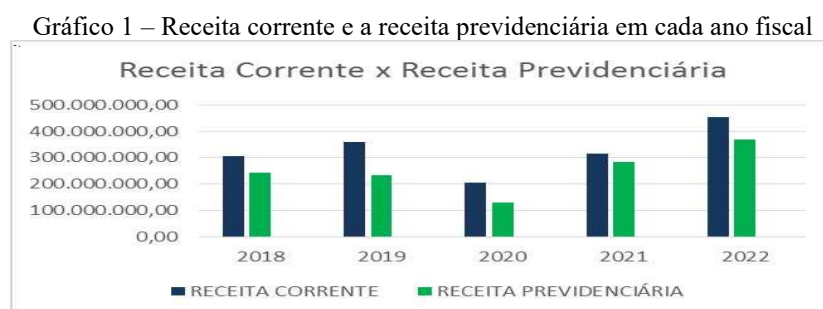
A análise vertical da receita corrente é como uma lente especial que nos ajuda a ver dentro das finanças de uma organização ou governo em um momento específico. Essa técnica nos permite não apenas ver quanto dinheiro entra, mas também de onde vem cada centavo. Assim mostrando uma óptica mais detalhada em cada fonte de receita e entender exatamente qual é sua contribuição para o montante total da receita corrente, mostrando isso de forma clara em porcentagens conforme a tabela abaixo.

Tabela 3 - Relação das variáveis do IPMT em cada exercício estudado

ANO	REC CORRENTE (R\$)	REC PREVIDENCIÁRIA (R\$)	%
2018	305.234.206,97	242.297.563,63	79,38%
2019	360.367.983,1	232.549.534,71	64,53%
2020	203.985.211,07	128.087.401,99	62,79%
2021	315.179.034,22	284.503.427,46	90,26%
2022	454.900.085,95	368.352.735,55	80,97%

Fonte: Autores, 2026.

Para fazer uma análise vertical dos dados fornecidos na tabela, foi calculada a proporção de cada componente em relação à receita corrente total para cada ano. Essa técnica permitirá observar como cada componente (receita previdenciária e sua proporção em relação à receita corrente total) varia ao longo do tempo. A análise foi feita com base nos dados de Receita Previdenciária (REC PREVIDENCIÁRIA) e sua porcentagem em relação à Receita Corrente (REC CORRENTE) para os anos de 2018 a 2022, de acordo com o gráfico abaixo que representa o comparativo de ambas receitas.



Fonte: Autores, 2026

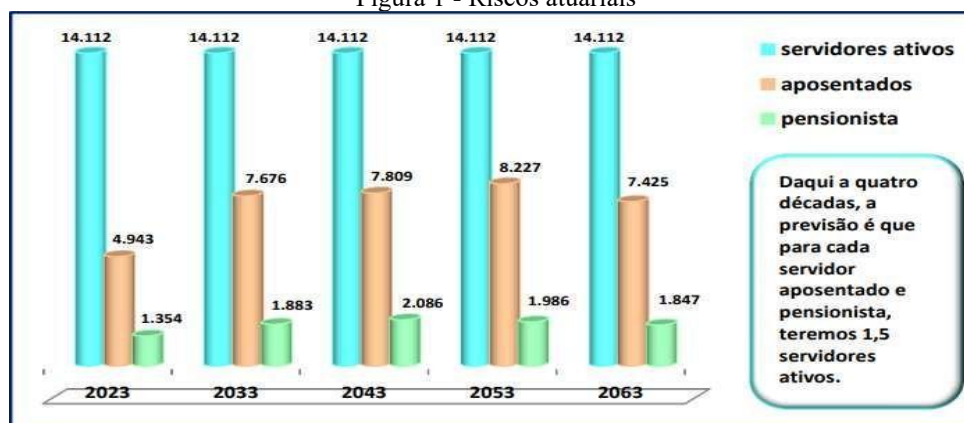
Em 2018, 2021 e 2022, a Receita Previdenciária representou uma proporção significativa da Receita Corrente, com valores de 79,38%, 90,26% e 80,97%, respectivamente, já em 2019 e 2020, a proporção é menor, com 64,53% e 62,79%, indicando uma menor dependência da Receita Previdenciária em relação à Receita Corrente nesses anos.

Houve variações consideráveis ao longo dos anos, refletindo possíveis mudanças na política fiscal ou na arrecadação previdenciária, portanto essa análise vertical mostra como a Receita Previdenciária contribui para a Receita Corrente total e como essa contribuição varia ao longo do período analisado.

3.4 PROGRESSÃO DO RISCO ATUARIAL DO IPMT

Ao observar o gráfico dos riscos atuariais do IPMT no relatório de gestão de 2023, identificamos que essa relação se mantém proporcional conforme a figura abaixo:

Figura 1 - Riscos atuariais



Fonte: Relatório de Gestão do IPMT 2023

O número de servidores ativos tenderá a permanecer estável ao longo do período analisado, mantendo-se em torno de 14.112 servidores. Essa estabilidade decorre da projeção de reposição gradual do quadro, de modo que as entradas previstas compensarão as saídas decorrentes das aposentadorias. Nessa perspectiva, pressupõe-se que, mantida uma gestão equilibrada da proporção entre servidores ativos e inativos, haverá estabilidade no controle do déficit atuarial. A quantidade de servidores aposentados apresentará tendência de crescimento gradual. O quantitativo partirá de 4.943 aposentados em 2023 e, ao longo do horizonte temporal analisado, evoluirá até atingir um pico de 8.227 em 2053. Para o ano de 2063, projeta-se uma leve redução, totalizando 7.425 aposentados. Essa dinâmica poderá ser influenciada por fatores institucionais e demográficos, tais como alterações nas regras previdenciárias e mudanças na estrutura etária do quadro de servidores.

Adicionalmente, o número de pensionistas apresentará variações ao longo do período analisado, sem a identificação de uma tendência linear de crescimento ou de redução. O quantitativo partirá de 1.354 pensionistas em 2023, alcançará 2.086 em 2043 e, posteriormente, recuará para 1.847 em 2063. Essas oscilações poderão ser influenciadas por fatores institucionais e demográficos, tais como alterações nos critérios de elegibilidade para concessão de pensões e variações na expectativa de vida dos beneficiários.

Em síntese, a manutenção de um contingente estável de servidores ativos revelar-se-á essencial para assegurar a sustentabilidade do regime ao longo do tempo. Ainda assim, conforme indicado pelos estudos atuariais, caso o número de servidores ativos permaneça constante após quatro décadas, a relação projetada será de aproximadamente 1,5 servidores ativos para cada beneficiário, considerando aposentados e pensionistas.

À medida que o número de aposentadorias aumentar ao longo do horizonte de projeção, tenderá a intensificar-se a pressão sobre os recursos destinados ao pagamento de benefícios previdenciários. Esse cenário evidenciará desafios financeiros futuros, especialmente no que se refere às fontes de financiamento desses pagamentos e às estratégias de gestão dos investimentos, de modo a assegurar receitas superiores às despesas. Ademais, as variações observadas no contingente de pensionistas

reforçarão a necessidade de monitoramento contínuo das despesas com pensões, uma vez que alterações nesses quantitativos poderão impactar diretamente o nível de gastos e, consequentemente, ampliar o resultado deficitário do regime.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de Teresina-PI evidencia uma situação financeira preocupante no período recente, caracterizada pela recorrência de déficits entre 2018 e 2022. Apesar dos esforços do ente municipal para a cobertura desses desequilíbrios, o Instituto Municipal de Previdência de Teresina (IPMT) não alcançou o equilíbrio financeiro esperado, uma vez que as receitas previdenciárias se mostraram insuficientes para suportar o volume de despesas do regime, especialmente entre 2019 e 2022. Esses resultados reforçam que a avaliação da sustentabilidade do RPPS não pode se restringir à análise orçamentária de curto prazo, demandando uma abordagem mais ampla, que incorpore aspectos de governança, planejamento atuarial e desempenho financeiro de longo prazo.

Nesse contexto, os achados do estudo indicam a necessidade de aperfeiçoamento da governança previdenciária, com ênfase no planejamento atuarial contínuo, na maior articulação entre as políticas fiscal e previdenciária e no fortalecimento dos mecanismos de transparência e controle social. A persistência dos déficits sugere que a sustentabilidade do RPPS deve ser analisada também sob a ótica da eficiência na gestão dos ativos previdenciários, indo além do equilíbrio anual entre receitas e despesas.

Ressalta-se que este estudo se limita à análise dos relatórios orçamentários, financeiros e de gestão disponibilizados pelo IPMT, o que restringe uma compreensão mais abrangente da dinâmica previdenciária do regime. A partir dessa limitação, identifica-se como lacuna relevante a ausência de avaliações comparativas do desempenho dos investimentos do IPMT em relação a benchmarks de mercado, como o IPCA, a taxa SELIC, a poupança e outros indicadores de referência de rentabilidade e preservação do poder de compra. Nesse sentido, pesquisas futuras poderão avançar na construção de indicadores de performance financeira, comparando os rendimentos das aplicações do RPPS tanto com benchmarks de mercado quanto com as metas atuariais estabelecidas, bem como desenvolver estudos comparativos entre RPPS municipais, de modo a identificar boas práticas de gestão, diferentes níveis de eficiência e estratégias de investimento mais sustentáveis, ampliando a análise da sustentabilidade previdenciária para além do déficit orçamentário e incorporando dimensões de governança, eficiência e desempenho financeiro de longo prazo.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. T.; MELO, V. P.; SCHOMMER, P. C. O Desafio da Sustentabilidade Financeira e suas Implicações no Papel Social das Organizações da Sociedade Civil. Salvador, 2005.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: Constituição - Planalto. Acesso em: 6 maio. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Portal de Transparência dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) do Estado do Piauí. Disponível em: Portal dos Regimes Próprios de Previdência do Estado do Piauí. Acesso em: 06 jul. 2024.

IPMT. Relatório de Gestão Consolidado 2023. Instituto de Previdência do Município de Teresina, 2023. Disponível em: Transparência | IPMT | Instituto de Previdência Municipal de Teresina. Acesso em: 16 mar. 2024.

KROTH, Camila Inês; GOULARTE, Jeferson Luís Lopes. Análise Financeira e Atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos Municípios do Vale do Rio Pardo - RS. Revista de Administração e Governança de Contabilidade, v. 7, n. 28, p. 34-50, 2019.

MATIAS, A. B. (coord). Finanças de longo prazo, volume 2: criação de valor com sustentabilidade financeira. CEPEFIN – Centro de Pesquisas em Finanças. São Paulo: Atlas, 2007.

MOGNON, Alexander. Regimes Próprios: Aspectos Relevantes. 9. ed. São Bernardo do Campo: Indústria Gráfica Senador, 2004.

PINHEIRO, Ricardo Pena. A Democracia dos Fundos de Pensão. Ministério da Previdência Social, Brasília, v. 24, p. 39-40, 2007.

SILVA, A. F.; GARCIA, A. D. A Pesquisa Qualitativa: Uma Abordagem Geral. Revista Brasileira de Pesquisa em Administração, v. 16, n. 1, p. 45-58, 2020.

SILVA, A. C. Auditoria Interna e Sustentabilidade Financeira em Pequenas e Médias Empresas. São Paulo: Editora Atlas, 2020.

SILVA, T. F. da, PEREIRA, V. da S., & BRITO, Z. M. de. (2024). SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS CONTÁBEIS. Revista Acadêmica Online, 10(52), e217. <https://doi.org/10.36238/2359-5787.2024.v10n52.217>.

SIMONASSI, A. G.; KOURY, F. J. F.; MATOS, P. R. F. Uma Função de Reação para a Análise da Sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado do Ceará no período 2003-2012. 2012.

TAVARES JUNIOR, E. R. Previdência Social no Brasil: Evolução histórica, cenário atual e o debate sobre a necessidade de reformas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.